

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.632.721 - RS (2019/0370340-7)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO CORSAN DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA
RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN
ADVOGADO : FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277
AGRAVANTE : MARIA SUSETE CENTENO
ADVOGADOS : CAIO MÚCIO TORINO - RS022226
FERNANDO DA SILVA CALVETE - RS043031
LUCIANA BEZERRA DE ALMEIDA BITTENCOURT - RS049955
LEANDRO MENDES LECTZOW - RS072736
RAFAEL MARIATH BASSUINO - RS076305
DANIELI CRISTINA BONI - RS100426
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO SUJEITA AO NCPC. AÇÃO REVISIONAL. RECURSO DA FUNCORSAN. INÉPCIA DA INICIAL AFASTADA COM BASE NOS FATOS DA CAUSA. REFORMA. SÚMULA Nº 7 DO STJ. REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. PRAZO PRESCRICIONAL DECENAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 568 DO STJ. TAXA DE JUROS. LEI DE USURA. LIMITAÇÃO A 12% AO ANO. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

MARIA SUSETE CENTENO (MARIA) ajuizou ação revisional contra FUNDAÇÃO CORSAN DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE E SANEAMENTO (FUNCORSAN).

Em primeira instância, o pedido foi julgado parcialmente procedente a fim de condenar FUNCORSAN para, em revisão dos contratos de empréstimo que firmaram, a partir de 6/4/08 (ante a reconhecida prescrição), limitar os juros remuneratórios em 1% ao mês a sua capitalização ao período anual, autorizando a compensação dos valores eventualmente pagos a tal título com o saldo devedor ainda existente. Em face do resultado, pagará cada parte 50% das custas processuais, bem como honorários ao patrono da adversa, fixados, igualitariamente, em R\$ 1.200,00, suspensa a exigibilidade da autora em face do deferimento da gratuidade judiciária (e-STJ, fl. 199/205).

Apelaram as partes.

O Tribunal gaúcho negou provimento ao apelo da ré e deu provimento

ao recurso da autora, nos termos da ementa a seguir transcrita:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO REVISIONAL.

O prazo da prescrição da pretensão revisional é o decenal previsto no artigo 205 do CC.

Possibilidade de revisão de todos os contratos.

Sendo a ré entidade fechada de previdência complementar, deve observar os limites estabelecidos na Lei de Usura (Decreto nº 22.626/33), devendo os juros remuneratórios ser limitados a 1% ao mês.

Capitalização afastada em qualquer periodicidade.

A repetição ou compensação dos valores pagos a maior é conclusão lógica da revisão dos contratos.

APELAÇÃO DA RÉ DESPROVIDA.

APELAÇÃO DA AUTORA PROVIDA (e-STJ, fls. 254).

Os embargos de declamação opostos por FUNCORSAN e por SUSETTE foram rejeitados (e-STJ, fls. 302/309 e 310/314, respectivamente).

Ainda irredutível, FUNCORSAN interpôs recurso especial, fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando, a par de dissídio jurisprudencial, violação do art. 330, § 2º, do NCPD, e 206, § 3º, IV, do CC/02, e 29 da Lei nº 8.177/91.

Sustentou, em suma, (1) a inépcia da inicial, ao afirmar que SUSETTE não quantificou o valor incontroverso do débito e junto a memória de cálculo a peça de ingresso; (2) a ocorrência da prescrição; e, (3) que devem ser mantidos os juros moratórios fixados nos dois contratos mais antigos, anteriores à Lei complementar n. 101/01.

Após apresentadas as contrarrazões, o recurso foi inadmitido na origem, ante a incidência da Súmula nº 7 do STJ, quanto à alegada inépcia da inicial, e pela incidência da Súmula nº 83 do STJ, no que se refere à prescrição e à limitação dos juros moratórios em 1% ao mês (e-STJ, fls. 362/371 e 372/385).

No agravo em recurso especial, FUNCORSAN alegou que seu recurso merece trânsito, pois reúne todos os requisitos necessários à admissibilidade, devendo ser afastados os óbices sumulares aplicados na origem (e-STJ, fls. 387/400).

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 423/4290).

É o relatório.

DECIDO.

O presente recurso não comporta acolhimento.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo em recurso especial, dele conheço, a fim de negar provimento ao apelo nobre, nos termos da seguinte fundamentação.

De plano, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra acórdão publicado na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1) Da alegada inépcia da inicial

Com relação ao tema, o acórdão recorrido destacou:

A petição inicial é apta a deflagrar a demanda, pois indica os contratos que a autora pretende revisar e as cláusulas que considera abusivas. O valor incontroverso do débito depende de cálculos complexos, não sendo exigido por esse motivo (e-STJ, fl. 256)

Rever o entendimento acima encontra óbice no enunciado da Súmula nº 7 do STJ. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO BANCÁRIO. INÉPCIA DA INICIAL. INEXISTÊNCIA. DOCUMENTOS QUE REVELAM O DÉBITO. FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO ALEGADO. SÚMULA Nº 7 DO STJ.

1. O Tribunal local entendeu, com fundamento nos elementos fáticos dos autos, que não procede a alegação de inépcia da inicial, porquanto os documentos presentes nos autos atestam o débito. Rever tal entendimento, como requer a agravante, demandaria incursão no contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso em recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do STJ.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 807.164/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, Terceira Turma, j. 17/12/2015, DJe 3/2/2016).

(2) Da prescrição

A FUNCORSAN pretende a aplicação do prescricional trienal, pois a pretensão é de vedação ao enriquecimento sem causa.

O Tribunal gaúcho, por sua vez, reconheceu que o prazo que deve ser levado em consideração para reconhecimento da prescrição da pretensão revisional é o decenal, previsto no artigo 205 do CC, pois a ação é fundada em direito pessoal.

Tal entendimento está em conformidade com a orientação firmada nesta Corte, os termos dos precedentes abaixo colacionados:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. PRAZO PRESCRICIONAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. O prazo prescricional nas ações revisionais de contrato bancário em que se discute a legalidade das cláusulas pactuadas, a orientação jurisprudencial desta Corte Superior é clara, ao entender que "As ações revisionais de contrato bancário são fundadas em direito pessoal, motivo pelo qual o prazo prescricional, sob a égide do Código Civil de 1.916 era vintenário, e passou a ser decenal, a partir do Código Civil de 2.002" (REsp 1.326.445/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe de 17/02/2014).

2. No caso concreto, o período da avença iniciou-se em setembro de 1996, data a partir da qual se iniciou o prazo prescricional, que se encerrou em 11 de janeiro de 2013 (dez anos, a contar da vigência do novo Código). Os autores ajuizaram a ação em maio de 2010, portanto sua pretensão não está alcançada pela prescrição.

3. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, na extensão, dar provimento ao recurso especial, no sentido de determinar o retorno dos autos à eg. Corte de origem a fim de que, afastada a prescrição, profira nova decisão, dando ao caso a solução que entender cabível.

(AgInt no REsp 1653189/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, Des. Convocado do TRF 5ª Região, Quarta Turma, DJe 20/9/2018).

AGRAVO INTERNO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE

INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL DEVIDAMENTE REBATIDOS. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. AÇÃO REVISIONAL COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRATO DE CONTA-CORRENTE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 458 DO CPC/1973. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282/STF. PRESCRIÇÃO. AÇÃO REVISIONAL. PRAZO VINTENÁRIO DO CC/1916 E DECENAL DO CC/2002. SÚMULA N. 83/STJ.

[...].

3. Nas ações revisionais de contrato bancário, adota-se o prazo prescricional vintenário na vigência do Código Civil de 1916 e o decenal na vigência do Código Civil de 2002.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 868.658/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, j. 23/6/2016, DJe 1º/7/2016).

Assim, aplicável, no ponto, a Súmula nº 568 do STJ.

(3) Dos juros moratórios

Quanto aos juros moratórios, o acórdão recorrido entendeu ser indevida sua capitalização, com base na jurisprudência desta Corte, adotando, como razão de decidir, os seguintes fundamentos:

A ré é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, consoante se verifica no seu Estatuto, à fl. 80, razão pela qual não pode se valer das disposições legais que regem os contratos firmados com instituições financeiras, devendo observar os limites estabelecidos na Lei de Usura (Decreto nº 22.626/33), cujo art. 1º veda a cobrança de juros superiores a 12% ao ano.

Ademais, com o advento da Lei Complementar n. 109/2001 e consequente revogação de parcela do conteúdo do art. 29 da Lei 8.177/911 provocada pelo art. 76, § 1º, do supramencionado Diploma Legal, entidades fechadas de previdência complementar não mais podem ser equiparadas a instituições financeiras.

Destarte, as atividades de entes dessa natureza não mais se sujeitam ao regramento próprio destinado ao Mercado Financeiro, aplicando-se aos contratos de mútuo firmados, desde então, os limites conferidos às relações civis pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) e pelo art. 406 do Código Civil c/c o art. 161, §12, do Código Tributário Nacional.

Portanto, os juros remuneratórios devem estar limitados a 1% ao mês, equivalente a 12% ao ano, nos termos da sentença. (e-STJ, fls. 205/206, sem destaque no original)

O entendimento acima se harmoniza com a orientação firmada nesta Corte, senão vejamos:

RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA E MÚTUO FENERATÍCIO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. ENTIDADE FECHADA. NÃO INCIDÊNCIA DO CDC. SÚMULA 563/STJ. LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS. LEI DE USURA. ART. 591 DO CC. PREVISÃO DE MULTA CONTRATUAL. POSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AFASTADA A MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

[...].

2. Em consonância com a Súmula nº 563/STJ, o Código de Defesa do Consumidor é aplicável apenas às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.

3. O mútuo feneratício, contratado com entidade fechada de previdência privada, submete-se aos limites da Lei de Usura e ao art. 591 do Código Civil, de modo que a taxa efetiva de juros não pode exceder a 12% ao ano.

[...].

7. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1.304.529/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 22/4/2016, sem negrito no original).

Estando o acórdão recorrido em plena consonância com a jurisprudência dominante desta Corte, incide, no ponto, a Súmula nº 568 do STJ, segundo a qual, *o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo em recurso especial para **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo nobre.

Deixo de majorar a verba honorária recursal, por ter sido fixada em patamar máximo (art. 85, § 11, do NCPC).

Publique-se. Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília/DF, 02 de abril de 2020.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator